

POVO LIVRE

VALORIZAR E RESPEITAR OS PROFESSORES

“No arranque do ano letivo, uma palavra de incentivo aos alunos que começam uma nova fase da sua vida. Um agradecimento aos professores que diariamente com trabalho ajudam a formar uma geração, e que precisam de ser valorizados e respeitados. E aos pais, uma palavra de esperança”, escreveu Luís Montenegro, na rede social X

05 PARLAMENTO

“É fundamental baixar os impostos já”, exige o PSD

“É fundamental baixar os impostos já”, defende o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento, em conferência de imprensa, na Assembleia da República, na apresentação de cinco diplomas para reduzir os impostos

10 LOCAIS

Câmara de Aveiro assegura 912 mil euros para Bairro Comercial Digital

A Câmara Municipal de Aveiro garantiu um financiamento de 921 mil euros para o projeto de Bairro Comercial Digital, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), revelou a autarquia

17 REGIONAIS

Majoria absoluta é garante de estabilidade na Madeira

Miguel Albuquerque, cabeça de lista da coligação “Somos Madeira” às regionais de 24 setembro, pediu a maioria absoluta, sublinhando que só esse resultado garante estabilidade no arquipélago

O regresso à falta de aulas

Sejamos claros: está-se a hipotecar o futuro de centenas de milhares de crianças e jovens e, consequentemente, o futuro do nosso país

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



O que deveria ser um momento de entusiasmo, para centenas de milhares de alunos, e de expectativa, para as famílias, está transformado num cenário de angústia e de apreensão para todos. O ano letivo 2023/2024 está a começar e já é certo que não haverá muitos milhares de horas de aulas, a diferentes disciplinas, em consequência da crescente falta de professores – e o número de horários por preencher vai continuar a aumentar já em outubro, em que se prevê a aposentação de centenas de professores, sendo que, até ao final de 2023, o total das reformas de professores e educadores deverá exceder as 3500.

É muito difícil de compreender a ausência de um plano devidamente estruturado para responder a este problema que, sublinhe-se, não é novo. Desde 2016, os governos do Partido Socialista tiveram tempo suficiente para lhe dar a devida atenção e apresentar uma proposta de atuação em conformidade. Passados sete anos, continuamos a testemunhar o agravar de uma situação que está a pôr em causa a Escola Pública.

Mas este cenário torna-se ainda mais pesado perante os pré-avisos de greves anunciados pelos sindicatos dos professores, em consequência da falta de diálogo construtivo entre o Ministério da Educação e as estruturas representativas da classe docente. Ou seja, aos milhares de horários por preencher vão-se acrescentar milhares de aulas por realizar. Não menos grave, vai-se prolongar um clima de conflito que também tem contribuído para deteriorar o estado da Educação em Portugal.

Desde (pelo menos) o ano letivo 2019/2020, durante o qual emergiu a Pandemia da COVID-19 (março de 2020), que as nossas crianças e jovens não usufruem de estabilidade e normalidade no seu percurso educativo – para melhor compreensão do que isto significa, tome-se, como exemplo, que uma criança que vá agora para o 5º ano de escolaridade fez todo o 1.º ciclo do Ensino Básico em condições nada favoráveis.

Ao mesmo tempo, e olhando para o que se passa ao nível das creches, testemunhamos o defraudar das expectativas das famílias perante a gritante falta de vagas, tornando insequente a anunciada gratuitidade universal.

Sejamos claros: está-se a hipotecar o futuro de centenas de milhares de crianças e jovens e, consequentemente, o futuro do nosso país.

É urgente por um fim a esta “normalidade decadente” e voltar a dar dignidade ao setor da Educação, tornando-o mais atrativo e estimulante na formação de novos profissionais. Há uma crescente necessidade de se dotar as escolas de meios e recursos que lhes permitam desempenhar o seu papel na sociedade, para que assim se possam formar as gerações futuras.

Os números dizem-nos que Portugal investiu na Educação um valor dentro da média dos países da OCDE, mas um olhar mais preciso sinaliza que a despesa por estudante foi 14% mais baixa em Portugal que nos restantes países da OCDE. Como podemos aspirar a ser um país desenvolvido se desinvestimos na Educação?

É tempo de, em definitivo, colocar a Educação entre as prioridades de governação e criar as condições essenciais para o restabelecimento da paz social nas nossas escolas. Isso é fundamental para que todos os agentes educativos possam dialogar de forma construtiva, orientados para o que é primordial: proporcionar às novas gerações uma Educação de qualidade, que as prepare para se assumirem como cidadãs e cidadãos de pleno direito, capazes de tomar os destinos do nosso país e construir um futuro de desenvolvimento social e económico. Oxalá esse tempo não tarde.

Entretanto, e pese embora as circunstâncias, endereço a toda a comunidade educativa – alunos, professores, assistentes técnicos e operacionais, responsáveis de estabelecimentos de educação e ensino, pais e famílias – os meus votos de um excelente ano letivo de 2023/2024. Que os objetivos e os sonhos de todos sejam concretizados.

OS PROFESSORES PRECISAM DE SER VALORIZADOS E RESPEITADOS



Luís Montenegro assinalou o arranque do ano letivo deixando uma “palavra de incentivo” aos alunos e um agradecimento aos professores que “precisam de ser valorizados e respeitados”.

“No arranque do ano letivo, uma palavra de incentivo aos alunos que começam uma nova fase da sua vida. Um agradecimento aos professores que diariamente com trabalho ajudam a formar uma geração, e que precisam de ser valorizados e respeitados. E aos pais, uma palavra de esperança”, escreveu Luís Montenegro, na rede social X (antigo Twitter).

O ano letivo 2023/2024 arrancou no dia 12 de setembro para cerca de 1,3 milhões de alunos do 1.º ao 12.º ano, mas muitos milhares não terão ainda todas as disciplinas por faltarem professores nas escolas.

A escassez de professores poderá não ser, no entanto, mais um fator a deixar os alunos sem aulas, prevendo-se que o ano letivo arranque da mesma forma que terminou o anterior, com a forte contestação dos profissionais das escolas.

No final da semana passada, mesmo depois de terem sido colocados quase três mil docentes, as escolas tinham ainda cerca de 1.300 horários vazios e, na segunda-feira, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) falava em mais de 100 mil alunos sem professor.



PARLAMENTO EUROPEU APROVA REVISÃO DE REGULAMENTO PARA EVITAR MANIPULAÇÃO DO MERCADO DA ELETRICIDADE

Os deputados da Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), do Parlamento Europeu, aprovaram, dia 7 de setembro, com 53 votos a favor, duas abstenções e seis votos contra, a revisão do Regulamento de Proteção da União Contra a Manipulação do Mercado Grossista da Energia (REMIT), da qual foi relatora-principal a eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho.

Esta revisão, que surgiu como resposta à turbulência registada nos preços da energia no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia, integra-se numa reforma mais abrangente do Desenho do Mercado Europeu da Eletricidade, e tem como principal objetivo proteger melhor os consumidores europeus de práticas especulativas passíveis de inflacionar os preços e causar perturbações no abastecimento.

Na reunião da ITRE foi igualmente decidido, com 50 votos favoráveis, dez contra e uma abstenção, iniciar de imediato negociações com o Conselho Europeu. Um passo importante, dado o carácter de urgência pedido pela Comissão Europeia para esta revisão, que tem decorrido em tempo recorde.

“O processo no Parlamento Europeu está a ser feito num tempo recorde”, referiu Maria da Graça Carvalho. “E isto acontece num contexto negocial difícil, porque existiam sensibilidades diferentes, nomeadamente em relação ao reforço dos poderes e da esfera de atuação da Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER)”, acrescentou. “Felizmente foi possível chegar a uma base de entendimento sólida no Parlamento, iniciando-se agora as negociações com o Conselho”, sublinhou.



Segundo as regras acordadas, a Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia poderá intervir diretamente face a suspeitas de práticas ilícitas em operações envolvendo pelo menos dois Estados-Membros, passando também a poder determinar sanções, cujos montantes serão definidos posteriormente pela Comissão Europeia. Ao mesmo tempo, procurou-se preservar os poderes dos reguladores nacionais.

A reforma procura também harmonizar o REMIT com a legislação europeia em geral, nomeadamente as disposições relativas aos mecanismos de fixação de preço do gás natural liquefeito (LNG), que cons-

tavam do pacote de emergência adotado no ano passado e que a Comissão tinha introduzido, sem alterações, na sua proposta para esta reforma. A melhor articulação da ACER e dos reguladores nacionais com outras autoridades, nomeadamente do setor financeiro, foi outra preocupação. Já no que respeita aos participantes no mercado, foi feito um esforço para reforçar os seus deveres de transparência e de prestação de contas, incluindo participantes oriundos de países terceiros, sendo ao mesmo tempo adotadas medidas destinadas a evitar que os pequenos operadores possam ser sujeitos a um acréscimo de carga burocrática.



Foi possível chegar a uma base de entendimento sólida no Parlamento Europeu

“É FUNDAMENTAL BAIXAR OS IMPOSTOS JÁ”, EXIGE O PSD

“É fundamental baixar os impostos já”, defendeu na terça-feira o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, em conferência de imprensa, na Assembleia da República, na apresentação de cinco diplomas para reduzir os impostos.

O líder parlamentar do PSD acusou o Governo de empobrecer os portugueses, um “empobrecimento ainda mais agravado pelo esbulho fiscal” do executivo socialista.

Para o PSD, “é preciso reduzir o IRS para dar um alívio fiscal, sobretudo à classe média, que sofre hoje uma emergência de rendimentos, quer pelo aumento de custo de vida, quer pelo aumento da prestação bancária”, conforme defendeu Joaquim Miranda Sarmiento.

“Do lado do PS, vai haver finalmente um abalo de consciência e uma aceitação de que é preciso desagrar impostos sobre a classe média



e sobre jovens? Ou vão continuar a fazer a fazer propaganda e recusar o desagrar responsável, mas significativo, proposto pelo PSD?”, questionou, por sua vez, o Vice-Presidente do PSD, António Leitão Amaro.

“O PS vai ter o teste final de algodão no dia 20”, acrescentou António Leitão Amaro, aludindo ao agendamento potestativo do PSD, no Parlamento, na próxima semana, dedicado à redução de impostos.

Os sociais-democratas propõem

bém se deve aplicar em 2024 e as reduções propostas pelo PSD são prudentes porque serão financiadas pelo excesso de cobrança fiscal devido ao aumento de inflação, que se manterá em 2024.

“Mesmo que haja desaceleração económica, continuaremos a ter níveis de inflação bastante acima dos 2%, continuaremos a ter este imposto escondido e que afeta mais quem tem menos rendimentos”, garantiu Miranda Sarmiento.

O desagrar fiscal para os jovens até 35 anos (com uma taxa máxima de 15%, exceto no último escalão) é outra das propostas já apresentada. Para o PSD a solução

do Governo para os jovens obrigá-los a pagar “mais sete mil euros”.

“Não se resolve o problema da emigração jovem dando um desconto decrescente no IRS por três ou quatro anos, bilhetes de comboio ou férias em pousadas da juventude”, argumentou o vice-Presidente do PSD, António Leitão Amaro.

Na lista de medidas que vão a debate no próximo dia 20 de setembro está também um mecanismo para que a Assembleia da República decida o que fazer com o excedente fiscal, além de isenções de IRS e TSU para os prémios de produtividade com um valor até 6% da remuneração base anual.

PSD DE PAREDES PRETENDE CRESCER AINDA MAIS

Ricardo Sousa, Presidente da concelhia do PSD de Paredes, assegura que a adesão de novos militantes está a decorrer a “bom ritmo”, e o PSD está cada vez mais apostado em alargar o seu horizonte na região, como demonstra a recente inauguração de uma sede social-democrata na freguesia de Louredo.

“A criação deste espaço é mais um passo importante para reafirmar o partido no concelho, tornando-o mais próximo das pessoas”, afirmou Ricardo Sousa, que está apostado em recuperar a influência que o PSD teve recentemente nas freguesias e câmara de Paredes.

O líder da Secção elogia o esforço dos militantes do partido em Louredo, “que assim demonstram pretender recuperar a liderança desta freguesia que nos últimos anos tem retrocedido a olhos vistos”.

José Nunes, que em conjunto com Fernando Pacheco e Carlos Costa arrancou com o projeto de ter uma sede do partido em Louredo, garante que o espaço “irá servir de palco e de trabalho aos muitos militantes e simpatizantes do PSD da freguesia para minimizar os estragos que o PS tem feito aos portugueses em geral e aos paredenses em particular”.

“Não tenho dúvidas que vamos reconquistar a freguesia de Louredo que tanto tem sido desprezada por esta nova gestão socialista”, referiu José Nunes.





HABITAÇÃO

PSD DE MATOSINHOS APRESENTA **SOLUÇÕES** PARA “RECUPERAR O TEMPO PERDIDO”



Perante o “sério problema” da falta de habitação no concelho de Matosinhos, a Secção liderada por Bruno Pereira acaba de apresentar um conjunto de medidas concretas neste domínio.

“Matosinhos, bem como os grandes centros urbanos de Portugal, padece de um sério problema de habitação, sobretudo no que concerne à falta de habitação em preços comportáveis para jovens e famílias de classe média. Para além da manifesta falta de habitação social, perto de dois mil pedidos em lista de espera. Matosinhos carece de habitação no segmento médio do mercado imobiliário a um preço equilibrado, é um problema generalizado, mas o executivo socialista mostrou-se incapaz de o antecipar e de dar devida resposta”, começou

por sublinhar o PSD em comunicado.

De acordo com o também vereador social-democrata, “Luísa Salgueiro, na qualidade de Presidente da Câmara de Matosinhos e da Associação Nacional de Municípios (ANMP), revelou incompreensão do problema, apregoeou soluções, mas não foi capaz de garantir o acesso a quem está fora do sistema. (...) Consequentemente, as erradas políticas de planeamento urbanístico de Luísa Salgueiro e Eduardo Pinheiro foram causa e efeito na perda de competitividade para com os municípios vizinhos e provocaram um aumento da pressão no custo da construção e, por consequência, no preço final de venda, deitaram por terra todo o trabalho anteriormente realizado, por diversos governos, executivos cama-

rários, sem esquecer a importante participação do setor privado e das cooperativas habitacionais”.

ALÉM DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO, O PSD DE MATOSINHOS DEFENDE:

1 - Apoio à Habitação Jovem a Custos Controlados

O município precisa de dar um sinal, através de incentivos e oportunidades para os jovens até 35 anos, que pretendam fixar a sua habitação própria e permanente em Matosinhos.

Nesse sentido, o município deve dar um exemplo e implementar Habitação a Custos Controlados (de preferência habitação multifamiliar que num só espaço, albergue diversas

frações), para jovens famílias da classe média, integrados em conjuntos habitacionais para habitação própria e permanente.

Implementar em Matosinhos este modelo de Habitação Integrada a Custos Controlados e de venda livre, em determinadas zonas do concelho, promovendo a integração social, mas também a melhoria da qualidade de vida.

2 - Isenção de IMT para habitação própria e permanente de jovens até 35 anos

Isenção de pagamento de IMT, para jovens até 35 anos, desde que a aquisição seja para habitação própria e permanente em Matosinhos - obrigatoriedade de residir no imóvel, de forma permanente, durante pelo menos 5 anos após a atribuição do benefício;

3 - Fomento de uma nova geração de cooperativas habitacionais

Matosinhos desempenhou um determinante papel na criação e no fomento de cooperativas de habitação que só em Matosinhos são cerca de duas dezenas e foram responsáveis por cerca de cinco mil habitações, e que representam mais de 30% da Habitação Cooperativa a nível nacional.

O poder político sozinho não consegue dar resposta efetiva às necessidades habitacionais sem estimular o envolvimento dos privados. No caso de Matosinhos, o fenómeno das cooperativas habitacionais obteve grande sucesso, razão pela qual deve ser fomentada a revitalização das Cooperativas de Habitação e de Habitação Colaborativa.

A experiência de Matosinhos não pode ser escamoteada, nem esquecida, pelo que deve ser um pilar basilar neste plano de políticas de habitação.

O município deve apostar na constituição em terrenos públicos de direitos de superfície a favor das cooperativas, por períodos longos (idealmente superiores a 80 anos para abranger duas gerações), acompanhado por incentivos fiscais às cooperativas habitacionais e financiamento nas infraestruturas.

O Município que conta com excelentes colaboradores, com capacidade demonstrada ao nível das melhores práticas, aptos a colaborar e a partilhar conhecimento e competências com entidades diversas, podendo aproveitar tão valiosas sinergias, já instaladas, para que internamente possam elaborar os projetos das diferentes especialidades, conceber e ceder o projeto urbanístico já aprovado, por forma a facilitar e acelerar o início da construção.

As cooperativas devem ver ser criadas as condições para que, posteriormente, sejam capazes de proceder à construção e gestão dos projetos habitacionais e na dinamização da vida e serviços comunitários.

4 – “Co-Living” Sénior. (Residências Sénior)

Matosinhos deve também olhar para os seus seniores, e o apoio a estes não pode passar somente por centros de dia e lares, devemos diversificar e apostar em fomentar espaços de “co-living” para cidadãos seniores

- casas com qualidade para viver, as quais irão dispor de uma interação positiva com a vizinhança e soluções de serviços para uma população cada vez mais envelhecida é o que se pede aos decisores políticos.

O “co-living” destaca-se pela facilidade de estabelecer moradia em um local mais central que possua infraestruturas de qualidade e possibilidades de sociabilidades com outros moradores, com a vantagem de criar um ambiente que facilita e promove as interações sociais, mas garante a privacidade na unidade de habitação individual.

Tal sistema pode incluir ainda sistemas e medidas que permitam que cidadão seniores troquem as habitações antigas com dimensão de funcionalidade desajustadas, passando assim a usufruir de apoios domiciliários e sociais, sem perderem a sua identidade familiar.

O município deve construir e reabilitar património municipal e fomentar parcerias, com privados, através da constituição em terrenos públicos de direitos de superfície, por períodos longos, acompanhado por incentivos fiscais e financiamento nas infraestruturas para a construção de espaços de “co-living” para cidadão sénior.

Os espaços comuns devem ser projetados para incentivar o intercâmbio entre os habitantes, a participação na vida coletiva e a abertura da esfera privada. Quanto aos espaços comuns (sala multiusos ou lavandarias), colocados em locais que limitem as principais áreas de circulação. E projetados regularmente para promover a sensação de copresença e os contatos visuais entre os habitantes e negócios.

O residente paga uma mensalidade para morar, mas o serviço incluirá o apetrechamento do espaço, o fornecimento de água, energia e internet, manutenções e vários serviços (que podem incluir limpeza, refeições, serviços comuns desde lavandaria a cuidados a idosos).

5 - Habitação municipal para arrendar a funcionários públicos deslocados

O município deve dar um exemplo a nível nacional e implementar medidas de apoio a rendas, a funcionários públicos deslocados, cuja casa de



família diste mais de 75 quilómetros da sede do concelho e que exerçam a sua profissão em Matosinhos.

Uma forma de criar condições para que o concelho possua serviços públicos eficientes com trabalhadores motivados e socialmente apoiados.

O município deve em terrenos municipais, por si só ou em parceria com privados, construir habitação maioritariamente de tipologia T0 para arrendar a preços controlados, a funcionários públicos que exerçam a sua atividade em Matosinhos.

CÂMARA DE AVEIRO ASSEGURA 912 MIL EUROS PARA BAIRRO COMERCIAL DIGITAL

A Câmara Municipal de Aveiro garantiu um financiamento de 921 mil euros para o projeto de Bairro Comercial Digital, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), revelou a autarquia.

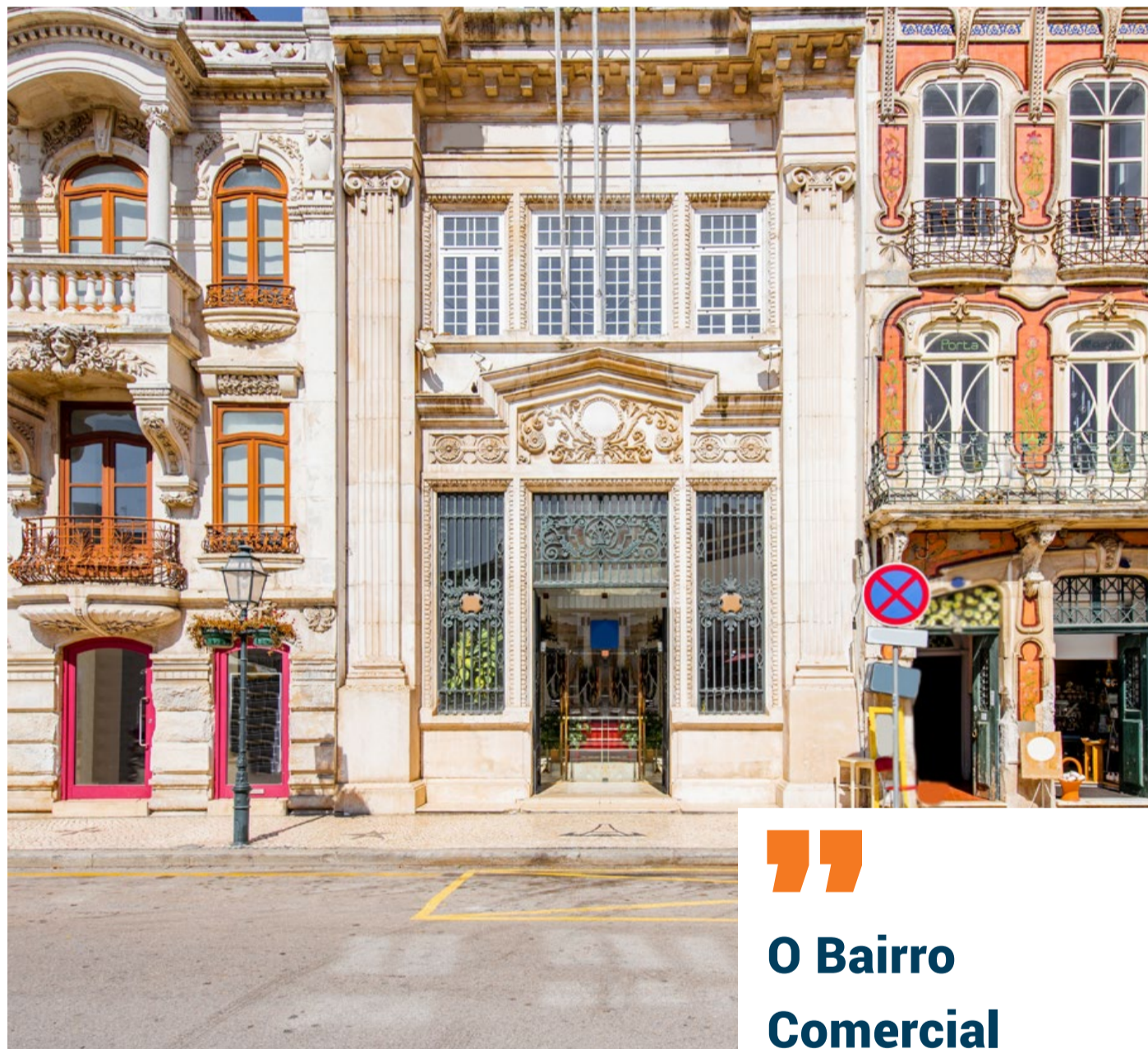
A candidatura do Bairro Comercial Digital de Aveiro, liderada pela Câmara em parceria com a Associação Comercial e Empresarial do Distrito de Aveiro (ACA) e a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), obteve “a melhor classificação do distrito e a décima melhor classificação a nível nacional, de um total de 131 candidaturas admitidas”, realça a autarquia, em nota de imprensa.

A candidatura foi submetida ao programa Bairros Comerciais Digitais, que visa “promover a digitalização da economia, quer pela adoção tecnológica dos operadores económicos, quer pela digitalização dos seus modelos de negócio”.

O Bairro Comercial Digital de Aveiro propõe-se criar um programa de transformação digital no setor do comércio local, para abranger cerca de mil estabelecimentos comerciais aderentes, num investimento global que deverá ascender a 1,1 milhões de euros.

“As medidas previstas no Bairro Comercial Digital de Aveiro visam dotar os comerciantes aderentes de uma plataforma de vendas ‘online’, integrada numa solução de logística de entregas e de uma aplicação móvel com integração de serviços públicos municipais nas áreas de turismo, cultura, educação e mobilidade”, descreve a autarquia.

O projeto irá tirar partido dos sensores e infraestruturas de comunica-



ção do Aveiro Tech City Living Lab.

Com o desenvolvimento da plataforma será também criado um cartão, que permitirá associar à plataforma de vendas cerca de 30 mil utilizadores de serviços municipais na área de educação, mobilidade, cultura e turismo, entre outras, os quais terão acesso direto aos produtos e serviços da plataforma de vendas ‘online’ do Bairro Comercial Digital de Aveiro.

“Adicionalmente, serão desenvolvi-

das medidas complementares de infraestruturação do Bairro ao nível de comunicações e sensorização na área de Wi-fi e estacionamento, bem como a colocação de ecrãs digitais informativos da oferta do Bairro em locais de destaque”, acrescenta.

Segundo a autarquia, está igualmente prevista a criação de uma aplicação de realidade aumentada de forma a dar conhecer a história de alguns dos espaços comerciais da cidade e, com isso, atrair a visita



O Bairro Comercial

Digital de Aveiro propõe-se criar um programa de transformação digital no setor do comércio local

PSD DE VILA REAL RETOMA ATIVIDADE POLÍTICA



A Romaria de Nossa Senhora da Pena decorreu no passado fim-de-semana na freguesia de Mouços em Vila Real. Trata-se de uma das maiores romarias da região Norte, conhecida pela procissão com os "andores grandes", medindo aproximadamente 23 metros, levados aos ombros por mais de 100 pessoas, num sacrifício de oblação e abnegação da fé, tradição e cultura.

O PSD de Vila Real marcou presença ao longo de toda a festividade, que este ano viu a procissão ser cancelada por razões climatéricas.

Já na segunda-feira, 11 de setem-

bro, a Concelhia do PSD promoveu a tradicional "rentrée" política na já tradicional sardinhada da Senhora da Pena. Um encontro com a população que reuniu cerca de 60 militantes e simpatizantes.

O Presidente da Comissão Política de Secção, Luís Tão, destaca o início de um novo ciclo de um PSD unido e focado em construir alternativa para fazer "Vila Real Acreditar" num futuro melhor.

O PSD de Vila Real irá retomar o seu roteiro das freguesias já no mês de outubro, iniciará um ciclo de reuniões institucionais de modo a compreender as necessidades locais e

fará conhecer um conjunto de medidas concretas de forma sequencial, culminando na apresentação das suas propostas para as Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Luís Tão está consciente da responsabilidade que o partido tem em mãos, para "retirar Vila Real da atual estagnação e falta de visão socialista".

Para este novo ano político, a Concelhia compromete-se em manter a seriedade e elevação que tem pautado a sua oposição ao executivo socialista e garante "não descurar do seu dever de intervenção assertiva e coerente em prol dos vila-realenses".



JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFINE COMO OBJETIVO **REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE**



O Presidente do Governo dos Açores estabeleceu como objetivo a redução da taxa de abandono escolar precoce na região, criticando o “legado”, mas considerando “possível” a região atingir a melhores médias europeias naquele indicador.

“O legado não é ainda uma boa referência no que diz respeito ao abandono precoce de educação e formação, mas é objetivo desta governação, no espaço mais curto

possível, diminuir as taxas de abandono precoce de educação e formação nos Açores para estarmos na melhor média nacional e europeia”, declarou José Manuel Bolieiro.

E prosseguiu: “Sim, é possível atingirmos isso. O ponto de partida é mau. Não se pode esconder o sol com a peneira. É preciso ter a coragem cívica e política e pública de olhar de frente os problemas, as amarras e as âncoras que muitas

vezes nos puxam para baixo”.

O líder do Governo Regional falava na inauguração da requalificação do pavilhão gimnodesportivo da escola básica e secundária Bento Rodrigues, na ilha de Santa Maria, dia 11 de setembro.

Segundo o portal do INE, com dados atualizados a 2021, os Açores têm uma taxa de abandono precoce de educação e formação de 27%, enquanto a média nacional é de 8,9%.



É preciso ter a coragem cívica de olhar de frente os problemas

José Manuel Bolieiro disse que é necessário o arquipélago “ganhar asas para o sucesso educativo” e assegurou que o executivo regional está a “promover uma visão holística” da educação, criando “estabilidade” nos docentes e nos “agentes educativos”.

“Para garantir um processo evolutivo do objetivo primordial que é o sucesso educativo nos Açores precisamos de dar condições gerais para que isso aconteça. Estamos a fazê-lo”, salientou.

Segundo disse, a requalificação do pavilhão gimnodesportivo daquela escola, que custou 2,37 milhões de euros (suportados exclusivamente pelo Orçamento regional) era uma “reivindicação antiga” da comunidade escolar.

ACORDO DE PARCERIA É “MARCO ESTRATÉGICO” NA AUTONOMIA DOS AÇORES

O Presidente do Governo dos Açores mostrou-se “orgulhoso” com a assinatura do acordo de parceria 2023-28 firmado entre o executivo e os parceiros sociais, considerando tratar-se de um “marco estratégico” na autonomia regional.

“Com a assinatura do Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028, Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento, estamos a construir um marco estratégico da confirmação e consolidação da nossa autonomia política”, declarou José Manuel Bolieiro.

O líder do governo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) falava no Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas na cerimónia de assinatura do acordo de parceria, que juntou Câmara do Comércio dos Açores, Federação Agrícola e UGT.

Entre as medidas, o documento compromete os signatários a promover uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto da região de 2,5% a 3% e a triplicar os valores executados de fundos comunitários.

José Manuel Bolieiro reforçou que o “acordo não é estático”, sendo antes um texto “dinâmico” que, “ao longo dos cinco anos da sua vigência, será objeto de monitorização e

avaliação, em resultado das quais poderá e deverá ser revisto”.

“Cada um se compromete, inequivocamente, com uma política ativa de apoio social, com a política formativa dos jovens, com a sustentabilidade ambiental, com a utilização de fontes de energia renováveis e com uma política de valorização da função pública”, vincou.

O chefe do Governo Regional reforçou tratar-se de um “acordo aberto e plural”, não sendo “propriedade daqueles” que o subscreveram.

“É, pois, com indisfarçável orgulho que hoje, fruto do trabalho conjunto que soubemos desenvolver ao longo dos últimos tempos, inauguramos uma prática histórica, com a elaboração e subscrição de um inédito acordo de parceria estratégica na autonomia política dos Açores”, salientou.

O executivo açoriano e os parceiros sociais, ressaltou, “nunca deixarão

de estar profundamente preocupados com as consequências, na sociedade e na economia açorianas, da inflação, do aumento das taxas de juro”, apesar de considerarem “interessante” os “24 meses consecutivos de crescimento” económico da região.

“O entendimento a que chegámos engloba uma visão sobre o investimento público e investimento privado, salários e condições de vida”, assinalou.

José Manuel Bolieiro destacou o “compromisso” de “valorizar e aumentar as qualificações dos açorianos” e de apoiar as famílias com a “desoneração dos custos do orçamento familiar, com a educação, com a saúde”.

“Na prossecução das respetivas atribuições de cada signatário, comprometemo-nos, inequivocamente, com um projeto de desenvolvimento e de convergência para

os Açores”, destacou.

O líder regional lembrou que o acordo defende a manutenção da redução fiscal até ao máximo permitido por lei e da Tarifa Açores (que permite viagens aéreas interilhas a 60 euros para residentes), duas medidas implementadas pelo atual Governo Regional.

“Porque o muito aqui representado não esgota o que é preciso para cumprirmos a ambição de todos, a nossa convicção é a de que hoje apenas reforçámos um percurso que é para continuar, com consistência e inovações constantes”, declarou.

Em 28 de agosto, o Presidente do Governo dos Açores anunciou um acordo de parceria “histórico” com os parceiros sociais para os próximos cinco anos, que teve origem na comissão permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social dos Açores.



GOVERNO DA COLIGAÇÃO É “REFERÊNCIA DE ESTABILIDADE” NOS AÇORES



Luís Maurício, vice-Presidente do PSD dos Açores, afirmou que o Governo da coligação é “referência de estabilidade”, tendo alertado que situações de instabilidade política irão “reverter” medidas como a atual baixa de impostos ou a Tarifa Açores.

“É preciso que os açorianos saibam que ser irresponsável é voltar ao antigamente. É voltar ao tempo em que não havia Tarifa Açores. É voltar ao tempo em que se pagava mais IVA, IRS e IRC. É voltar ao tempo do congelamento da carreira dos profissionais de Saúde e Educação. É voltar ao tempo dos

rateios nos apoios aos agricultores”, disse.

O dirigente social-democrata, que esteve acompanhado pelo líder parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, e pelo deputado António Vasco Viveiros, falava aos jornalistas após uma audição com o Presidente do Governo Regional, no âmbito do processo de auscultação sobre o Orçamento da Região para 2024.

“Este governo tem sido uma referência de estabilidade. Quem quiser assumir situações de rutura com essa estabilidade e ser fator de instabilidade vai assumir essas

responsabilidades. E assumir essas responsabilidades é ter consciência que instabilidade política é reverter a Tarifa Açores, é reverter a baixa de impostos e é voltar ao tempo em que se faziam rateios nos apoios aos agricultores”, frisou.

O vice-Presidente do PSD dos Açores defendeu que o Orçamento da Região para 2024 “deve manter a sensibilidade social”, atendendo à atual conjuntura marcada pela inflação e pela subida das taxas de juro no crédito à habitação.

Luís Maurício considerou que o próximo Orçamento da Região

deve igualmente “contemplar um ajustamento das verbas para o Serviço Regional da Saúde, por ser um setor essencial para a vida dos açorianos”.

O dirigente social-democrata sinalizou ainda a importância de que se “mantenha o esforço deste Governo dos Açores na execução dos fundos comunitários”.

O vice-Presidente do PSD/Açores acrescentou que o Executivo liderado por José Manuel Bolieiro tem sido um “governo de diálogo” e “cumpridor dos acordos” que estabeleceu com as diferentes forças políticas.

AGRICULTURA NOS AÇORES

PSD DESTACA APOIO À AQUISIÇÃO DE SEMENTES

O deputado do PSD dos Açores Marco Costa enalteceu “a visão de futuro e de sustentabilidade” demonstrada pelo Governo da Coligação (PSD, CD-S-PP e PPM) “no apoio à aquisição de sementes, que incentiva a produção regional e leva à diminuição das importações”.

Com efeito, o Governo Regional reforçou o apoio para a aquisição de sementes de Milho e Sorgo, “uma decisão importante e atempada, porquanto o momento de crise global originado pela guerra na Ucrânia levou ao aumento dos valores de mercado dos cereais”, explica o so-

cial-democrata.

“Trata-se de um reforço em apoio direto do Orçamento regional de 1,8 milhões de euros, que complementa o apoio comunitário na ordem dos 900 mil euros, ou seja, o apoio do Governo apoia em 200% quando comparado com o valor atribuído pela União Europeia”, destaca Marco Costa.

“Ao todo, os agricultores dos Açores vão ser apoiados em 2,7 milhões de euros”, refere o deputado, sublinhando que, “além da perspectiva de sustentabilidade económica, a decisão demonstra mais uma vez a preocu-

pação de proteção dos solos e dos recursos hídricos, possibilitando o aumento da área sujeita à rotação de culturas e as mobilizações corretas dos solos”, afirma.

Marco Costa recorda que, “um dos assuntos mais debatidos atualmente é a nossa dependência na importação de alimentos para os animais, portanto complementares à pastagem”, pelo que o Governo Regional, “tendo presente essa realidade, e perante as condições que temos para produção de forragens, não hesitou ao implementar medidas que aumentem o autoaprovisionamen-

to regional, aumentando também a rentabilidade das explorações açorianas”.

O deputado do PSD/Açores relembra igualmente “o incentivo que levou ao apoio à aquisição de leguminosas, fator essencial à garantia dos ecossistemas e da fertilidade dos solos”.

Marco Costa defende e apoia “esta visão de futuro a que a assistimos para a agricultura dos Açores, e não temos dúvidas que o Governo Regional está a decidir com conhecimento, contribuindo igualmente para o combate às alterações climáticas”, concluiu.



PSD DESTACA AÇÃO DO GOVERNO DOS AÇORES NA ÁREA DIGITAL



O Grupo Parlamentar do PSD/Açores elogiou a ação do Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) para reforçar os apoios à formação especializada na área digital, lançando a medida “Azores Digital”.

Para a deputada Guilhermina Silva, “esta é mais uma iniciativa que comprova a aposta deste Executivo na especialização formativa, através de uma medida cujas candidaturas das Escolas Profissionais decorrem até 16 de outubro, e que vai apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados e especializados na área tecnológica e dos recursos digitais”.

A medida “Azores Digital” oferece “um percurso formativo inovador, como foi referido pela Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, e permite valências a jovens e adultos em áreas que tem necessidades de recrutamento atuais, antevendo índices de empregabilidade bastante consideráveis”, referiu a social-democrata.

“Estamos a falar de áreas de formação como a Cibersegurança, a Análise de Dados, diversas Linguagens de Programação, Sistemas de Automação ou a Programação Visual No-Code, que são definidas como prioritárias, e que permitem aos formandos uma certificação específica internacional em academias de re-

ferência na área digital”, acrescenta Guilhermina Silva.

“O número de empresas das áreas das tecnologias da informação e da comunicação continua a crescer nos Açores, e isso está a beneficiar a economia e a criação de emprego, pelo que, naturalmente, e no acompanhamento que faz do mercado de trabalho, o Governo dos Açores vem criando instrumentos de apoio à formação para atrair e fixar mais dessas empresas no arquipélago”, avançou.

“No caso da medida “Azores Digital”, há uma dotação prevista para a sua execução de 445 mil euros e, mesmo sendo uma ação do PRR, é o Orçamento da Região a suportar cerca de 75% desse investimento, confirmando a aposta numa formação de excelência”, disse.

“Isso está igualmente patente no reforço do valor pago às entidades formadoras por hora de formação, que passou de 40 euros para 80 euros, assim como da atribuição de uma bolsa aos formandos desempregos e de um prémio por cada novo contrato de trabalho celebrado”, frisou

também a deputada do PSD/Açores.

A social-democrata sublinhou que, “as medidas levadas a cabo pelo Governo da Coligação estão assim a criar possibilidades de os açorianos acederem aos postos de trabalho e às ofertas de emprego emergentes criados na área digital”.

A medida “Azores Digital” destina-se a empregados e desempregados maiores de 18 anos de idade, sendo a formação, de até 600 horas, dada em formato presencial ou à distância, em horário laboral ou pós-laboral.

Aos formandos desempregados é atribuída uma bolsa de três euros por cada hora de formação assistida, majorada em 65% no caso de estarem deslocados da sua ilha de residência, sendo ainda atribuído um apoio à mobilidade.

As Escolas Profissionais, promotoras da oferta e dinamização dos cursos de formação, recebem um apoio até cerca de 50 mil euros por curso, ao que acresce uma majoração de 250 euros por cada formando que celebre um contrato de trabalho após a conclusão do seu percurso formativo.

MAIORIA ABSOLUTA É GARANTE DE ESTABILIDADE NA MADEIRA



O cabeça de lista da coligação PSD/CDS-PP às regionais da Madeira, Miguel Albuquerque, pediu a maioria absoluta na eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, salientando que só esse resultado garante estabilidade.

“Não podemos governar negociando dia a dia cada uma das decisões”, disse Miguel Albuquerque durante um comício no Porto Moniz, na primeira iniciativa de campanha eleitoral em que participou.

Por isso, salientou, nas eleições, a coligação “Somos Madeira” volta a

pedir a confiança dos madeirenses e uma maioria absoluta. “Esta coligação sólida, esta coligação que tem obras, que tem resultados palpáveis na vida de cada um de nós, volta a pedir a vossa confiança. A confiança só pode ser assegurada através da nossa eleição, de uma eleição com maioria absoluta, só essa maioria absoluta é que nos permite governar, nós precisamos de ter estabilidade para governar, precisamos de transmitir à população, aos agentes económicos e às famílias um princípio de confiança e previsibilidade para

os próximos quatro anos”, defendeu Miguel Albuquerque, que desde 2015 lidera o Governo Regional.

Insistindo que “o excesso de confiança pode ser fatal”, o também líder do PSD da Madeira apelou a que todos votem em 24 de setembro, pois “não há vitórias antecipadas”.

Miguel Albuquerque deixou também críticas à oposição, em particular ao PS, lembrando que, ao contrário da coligação, as listas socialistas não apresentam nenhum candidato dos concelhos de Porto Moniz, São Vicente ou Santana.

Antes da intervenção de Miguel Albuquerque, o líder do CDS-PP/Madeira, Rui Barreto, salientou também os resultados que a coligação tem para apresentar, nomeadamente no crescimento económico registado nos últimos anos ou na redução de impostos que conseguiu concretizar.

As legislativas da Madeira decorrem em 24 de setembro de 2023, com 13 candidaturas a disputar os 47 lugares no parlamento regional, num círculo eleitoral único.

SAÚDE DEVERIA DEIXAR DE SER “ARMA DE ARREMESSO POLÍTICO”



Miguel Albuquerque afirmou que o Serviço Regional de Saúde devia deixar de ser utilizado como “arma de arremesso político” para “jogos conjunturais partidários”, defendendo que os seus desafios são sérios.

“Eu penso que é importante tentar retirar o Serviço Regional de Saúde, não sei se isso será possível, de uma situação que é muito desagradável, que é o Serviço Regional de Saúde ser utilizado como arma de arremesso político para jogos conjunturais partidários”, declarou Miguel Albuquerque.

O Presidente do Governo Regional da Madeira falava na cerimónia de comemoração do 50.º aniversário do Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, dia 9 de setembro.

Miguel Albuquerque reconheceu que “as questões e os desafios do Serviço Regional de saúde são sérios”, mas defendeu que o discurso polí-

tico não devia “vilipendiar um serviço que toda a gente sabe que, não sendo perfeito, tem, de facto, uma capacidade de resposta e uma capacidade de trabalho e de cuidar dos madeirenses e porto-santenses que é única e singular”.

“E, por isso, acho que é muito importante tentar moderar ou racionalizar o discurso e não exacerbar esse discurso no sentido de cairmos numa demagogia tacanha e canastra que não leva a sítio nenhum”, reforçou.

O chefe do executivo insular, de coligação PSD-CDS-PP, apontou, por outro lado, que “o grande desafio” que se impõe aos serviços nacionais e regionais de saúde é que “não per-

cam a corrida relativamente à evolução da medicina”.

“O que se está a passar neste momento é uma revolução tecnológica onde a computação quântica, a inteligência artificial e a robótica vão tomar a dianteira, aliás, já estão a tomar a dianteira, e isso vai levar a que o crescimento dos investimentos nestas tecnologias seja exponencial”, referiu Miguel Albuquerque.

Nesse sentido, realçou, “ou os serviços regionais e nacionais de saúde acompanham esta evolução e fazem investimentos e formação maciça” nesta área ou, caso contrário, não terão “hipótese de competir com sistemas privados e vai haver uma

fratura e uma dualidade”.

O Presidente do Governo Regional sublinhou ainda a importância da construção do novo Hospital Central e Universitário da Madeira, que permitirá ter “áreas de investigação de ponta” e de “cooperação nacional e internacional” que permitirá à região “não perder a corrida”.

Na cerimónia de sábado foram homenageados médicos, enfermeiros e outros profissionais do Serviço Regional de Saúde da Madeira, entre os quais os técnicos informáticos que estão a trabalhar para minimizar os danos causados pelo ataque informático de que o serviço foi alvo há cerca de um mês.

Número 515 • 27 de Junho de 1984 • Preço 30\$00

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA



**MEDALHA
COMEMORATIVA
DO
ANIVERSÁRIO
DO
PSD**

IRAGEM LIMITADA
DE 200 EXEMPLARES
PREÇO 750\$00

EDIDOS A SECÇÃO CENTRAL DE VENDAS:
A. BUENOS AIRES, 39 - 1296 LISBOA CODEX

DEFENDER O ESTADO DE DIREITO

Os órgãos competentes do PSD têm acompanhado atentamente a acção desenvolvida pelo Governo no combate ao crime organizado e a todas as actuações que, pela sua natureza, ponham em causa o regime democrático.

No quadro do Estado de Direito, o Partido Social-Democrata apoia solidariamente todas as iniciativas

que se traduzam numa luta contra a criminalidade sejam quais forem as motivações e justificações alegadas.

A tranquilidade e segurança das pessoas e bens são valores que os Portugueses muito prezam e dos quais têm, inequivocamente, mostrado não querer abdicar.

Ao Estado compete, indeclinavelmente, salvaguardar esses valores.

DECLARAÇÕES DE MOTA PINTO

(PÁGINA 3)

Repensar o Programa do Partido

O MAL-ESTAR PORTUGUÊS: DO VAZIO DE IDEIAS À RESPONSABILIDADE DO PSD

Há muito que os militantes do PSD vêm reconhecendo a necessidade de actualização do Programa do Partido.

Cocebido numa época de instabilidade política, onde a sobrevivência partidária exigia mais adaptação do que reflexão serena, é natural que alguns dos seus princípios se mostrem ultrapassados mercê da consolidação do regime democrático.

Por outro lado, dez anos de tempo

real significam no período vertiginoso que vivemos, espaço demasiado suficiente para uma análise serena do passado e a perspectivação do nosso programa no futuro, tendo em conta as prolongadas alterações que se avizinham até ao fim do século.

Nenhum Partido com a projecção e responsabilidade nacionais do PSD pode ignorar os grandes desafios que a nossa sociedade terá de enfrentar a curto pra-

zo; problemas da juventude, da protecção do meio ambiente, a degradação dos modos de vida urbanos, o desenvolvimento regional, o programa rural, as inovações tecnológicas, a informática, a criminalidade organizada, a projecção de Portugal na Europa e no Mundo, o relacionamento entre blocos e tantos outros.

Os órgãos do PSD têm vindo, desde o Congresso de Braga, a reconhecer esta necessi-

dade e a urgência de ser levada a cabo uma reflexão sobre o Programa do Partido, que o mesmo é dizer, sobre o papel que poderemos vir a desempenhar no contexto da Sociedade Portuguesa.

O «Povo Livre» pretende dar o seu contributo para a realização desta tarefa, iniciando este ciclo de reflexões, dando a palavra a Helena Roseta, cuja competência e capacidade de observação ninguém contesta. (PAG. 12)

EDIÇÃO N.º 515 do "Povo Livre" | de 27 de junho de 1984.

"Plenamente alcançados os objetivos da viagem de Mota Pinto aos EUA".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo **dia 28 de setembro de 2023 (quinta-feira), pelas 21H00** na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO:

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças;

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães para um plenário ordinário no **dia 25 de Setembro (segunda-feira) pelas 21H30**, na Sede do PSD Guimarães, sita no Largo do Toural, nº 125 em Guimarães com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2025.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes do PSD da Secção de Sousel, para uma Assembleia de Secção a realizar no próximo **dia 21 de Setembro (quinta-feira) pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD sita na Rua Direita, nº 5 em Sousel com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política Partidária Local;
2. Outros assuntos.

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoco a Assembleia de Secção do PSD de Vila Nova de Foz Côa, a reunir no **dia 21 de Outubro de 2023, (sábado) pelas 15H00**, na Sede do PSD de Vila Nova de Foz Côa, sita na Praça da República, Centro Comercial Sacadi, Loja 6 Vila nova de Foz Côa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24H00 do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 15H00 e as 19H00.



Secções Laborais do Distrito de Braga

Convocatória

[Correcção]

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral dos TSD, no que respeita à eleição dos Órgãos Locais, convocam-se todos os militantes das Secções Laborais do distrito de Braga, a saber

ADMINISTRAÇÃO LOCAL
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BANCÁRIOS
COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
ENERGIA
PROFESSORES
PROFISSIONAIS DA SAÚDE

para a realização das respectivas Assembleias Eleitorais que se realizam na Sede Distrital dos TSD (*Rua Santa Margarida nº 2A – 2ºD / S6, na cidade de Braga*), **entre as 18h e as 20h** do próximo dia **22 de Setembro**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) para cada acto eleitoral, deve(m) ser entregue(s), até às 17h00 do quinto dia útil anterior ao acto, na Sede, ao cuidado do Secretariado Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 21 de Agosto de 2023

A Mesa da Assembleia Distrital

Afonso Henrique A Cardoso (Presidente)

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

I CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2023-2025 para reunir no próximo dia 27 de outubro de 2023 (sexta-feira), pelas 21h00m, na sede do PSD Almada, sita na Rua da Liberdade, 38A, 2800-149, Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Alcochete para reunir no próximo dia 21 de outubro de 2023, sábado, pelas 16 horas, na sede do PSD de Alcochete, sita na Rua do Paço, n.º 8 2890-062 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Alcochete

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e do termo de subscrição da lista.

As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Anadia, para reunir no dia 23 de Setembro de 2023, pelas 15:30h, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º andar, sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço de atividades;
- 3 – Reentré Distrital de Aveiro.
- 4 – Outros assuntos.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocasse Assembleia de Militantes da Concelhia de Odivelas para reunir no **dia 26 de setembro de 2023, pelas 20h30**, na Sede do PSD Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20B, 2675-232, Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço do Mandato e Análise de Situação Política;
- 2 – Próximas atividades da JSD Odivelas;
- 3 - Informações e outros assuntos.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Peso da Régua, para reunir no próximo dia 22 de Setembro de 2023, pelas 21h, na Rua Maximiniano de Lemos, Edifício Pombinhos, n.º2, Peso da Régua, Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Sobral de Monte Agraço, para o Plenário Concelhio a realizar no dia 22 de Setembro de 2023 pelas 21 horas e 30 minutos, na Sede do PSD Sobral de Monte Agraço, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 9, Esquerdo, 2590-021, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise e balanço dos últimos meses de mandato da CPC;
- 3 – Análise da Situação Política Concelhia, Distrital e Nacional;
- 4 – Outros assuntos.

RECTIFICAÇÃO NÚCLEO DE GULPILHARES E VALADARES (V. N. DE GAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Gulpilhares e Valadares da JSD Vila Nova de Gaia, para reunirem no dia 14 de Outubro de 2023, pelas 14h00, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Gulpilhares e Valadares da JSD de Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Gaia ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

NESD FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos da Juventude Social Democrata, convocam-se os militantes da JSD que sejam estudantes inscritos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social-Democratas da referida Instituição, para reunir no dia 27 de Setembro de 2023, das 18h30 às 19h30 na sala 10.6 da Faculdade de Direito de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do Núcleo de Estudantes Social-democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A entrega das listas decorrerá no local supracitado.

ANEXOS

REGULAMENTOS

**Regulamento de Participação
da Juventude Social Democrata
no 41º Congresso Nacional
do Partido Social Democrata
a decorrer no dia 25 de Novembro
de 2023, em Almada**

REGULAMENTO**REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO
DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA
NO 41º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO
SOCIAL DEMOCRATA A DECORRER NO DIA
25 DE NOVEMBRO DE 2023, EM ALMADA**

REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA NO 41º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA A DECORRER NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2023, EM ALMADA

Artigo 1º - Âmbito

O presente regulamento define as formas de participação da JSD no 41º Congresso Nacional do PSD.

Artigo 2º - Apresentação de Propostas

1. A Comissão Política Nacional (CPN) poderá, em nome da JSD, apresentar propostas sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos do Congresso.
2. Os Membros do Conselho Nacional e as Comissões Políticas Distritais, deverão remeter por escrito à Comissão Política Nacional da JSD até 18h00 do dia 18 de outubro de 2023 todos os contributos que entenderem válidos para a elaboração de propostas.

Artigo 3º - Rateio

Os setenta (70) congressistas da JSD presentes no 41º Congresso Nacional do PSD, de acordo com o regulamento do Congresso, são rateados do seguinte modo:

- a) Dez (10) delegados para os Órgãos Nacionais da JSD, distribuídos pela Comissão Política Permanente.
- b) Sessenta (60) delegados a distribuir pelas Comissões Políticas Distritais e Regionais, sendo atribuído um delegado a cada Comissão Política Distrital/Regional e os restantes rateados por método de hondt, de acordo com o número total de militantes.

Artigo 4º - Delegados

1. Os Delegados atribuídos aos Órgãos Nacionais serão indicados de entre os seus membros.
2. Os Delegados atribuídos às Comissões Políticas Distritais/Regionais serão indicados pelas respetivas Comissões Políticas Distritais/Regionais.
3. Caso alguma Comissão Política Distrital/Regional não proceda à indicação ou à inscrição de algum dos delegados que cabem à respectiva Região ou Distrito, a Comissão Política Nacional indicará o respetivo substituto.

Artigo 5º - Substituição e Suplentes

As substituições a efetuar, em caso de existir impedimento de algum Delegado em estar presente no 41º Congresso Nacional do PSD, serão efectuados de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional da JSD.

Artigo 6º - Inscrição

1. A inscrição dos Delegados da JSD processa-se perante o Secretário-Geral da JSD, e as respetivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 28 de setembro de 2023 (quinta-feira).

2. A inscrição só será válida se cumpridos os pressupostos previstos no respectivo regulamento.

Transcrição do regulamento do PSD

4. "A inscrição implica o pagamento dos seguintes valores até 2 dias após a data de 9 de outubro de 2023:"

- a. 50 Euros para os delegados;
- b. 50 Euros para os participantes;
- c. 17,50 Euros para os observadores

5. O pagamento dos referidos valores deve efetuar-se por referência de MB a disponibilizar pelos Serviços Centrais, sendo expressamente proibidos os pagamentos por via da utilização de recursos do Partido atribuídos às Distritais ou Secções.

7. Desde que não ocupem cargos políticos remunerados ou ao serviço do Partido e das suas estruturas, estão isentos do pagamento da inscrição os representantes das estruturas das Regiões Autónomas e das Comunidades Portuguesas.

8. Os delegados, participantes e observadores que gozem de isenção de quotas ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento de Quotizações estão isentos do pagamento da inscrição.

9. Os militantes da JSD, desde que sejam delegados ou participantes pela JSD, pagam 50% dos valores referidos consoante o caso."

Artigo 7º - Observadores

1. A Comissão Política Nacional da JSD rateará os lugares de Observadores atribuídos à JSD, informando disso as Comissões Políticas Regionais e Distritais.

2. A inscrição dos Observadores da JSD processa-se perante o Secretário-Geral da JSD, e as respetivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 28 de setembro de 2023 (quinta-feira).

Artigo 8º - Participantes

A inscrição dos Participantes da JSD (são os 12 representantes da JSD no Conselho Nacional do PSD) processa-se perante o Secretário-Geral da JSD, e as respetivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 28 de setembro de 2023 (quinta-feira).

Artigo 9º - Publicidade e entrada em vigor

Este regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Conselho Nacional da JSD.

Aprovado pelo Conselho Nacional, em Viseu, 09 de Setembro de 2023.

RATEIO DOS DELEGADOS DA JSD AO 41º CONGRESSO NACIONAL DO PSD A DECORRER NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2023 EM ALMADA

Orgãos Nacionais	10
CPD/CPR	
Açores	2
Aveiro	4
Beja	1
Braga	9
Bragança	1
Castelo Branco	2
Coimbra	3
Évora	1
Faro	1
Guarda	2
Leiria	3
Lisboa AM	8
Lisboa AO	1
Madeira	3
Portalegre	1
Porto	8
Santarém	2
Setúbal	2
Viana do Castelo	1
Vila Real	2
Viseu	3
TOTAL	70